
Maciel Santos *

WP/CEAUP/#2012/2

*Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932) –
o efeito renda*



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
U N I V E R S I D A D E D O P O R T O

Introdução

Na década de 1910, o mais importante ramo industrial em Portugal era o têxtil, seja qualquer for o indicador considerado: valor acrescentado (entre 40 a 47%¹ do agregado nacional), potência instalada (35.395 c.v. em 1917, cerca de 32% do total instalado) ou número de operários (35.667, cerca de 25% da população activa na indústria)². Excluindo o pequeno ramo do linho (com menos de 5% do valor acrescentado na indústria), este ramo era composto pelos sectores algodoeiro e lanifício, cuja contribuição para o valor acrescentado era semelhante: em 1910 - respectivamente e conforme duas diferentes estimativas - 17,5 ou 22% e 18,6 ou 19,9%. Havia no entanto, uma diferença importante: no período 1900-1913, o conjunto dos lanifícios/linhos contribuía apenas com 1,1% para as exportações nacionais, ao passo que algodoeiro com quase 27%.³

*CEAUP. Colaboração de Ana Guedes (CEAUP) na análise estatística.

¹ LAINS 1995:63, quadro 2.9.

² SANTOS, 2000: 3º vol, quadro 30, a partir de *Estatística Industrial. Ano de 1917* in "Boletim do Trabalho Industrial", nº 116. Lisboa, 1926.

³ LAINS 1995:64-5.

Dadas a sua ponderação para o produto e para as exportações, seria de esperar que a evolução do ramo algodoeiro se tornasse relevante para testar os vários modelos explicativos do crescimento industrial e mais, importante ainda, o movimento do lucro em Portugal. Sabe-se, por exemplo, que uma fracção importante dos lucros deste ramo esteve associada aos grandes investimentos energéticos, nomeadamente do sector hidro-eléctrico. No entanto, não existem trabalhos recentes sobre os seus efeitos na acumulação de capital em Portugal, salvo um estudo monográfico relativo ao período do Estado Novo.⁴ Sabe-se contudo o suficiente para reconhecer que se torna necessário observar o seu mercado de exportação. Na medida em que este assentou principalmente no mercado colonial e, essencialmente, no de Angola, os pontos seguintes serão focados no desenvolvimento da procura angolana e dos rendimentos que a sustentaram.

⁴ PITCHER, 1993.

1- Exportar para onde? A borracha e o mercado de Angola

A acumulação de capital não necessita dos mercados externos, se o mercado interno permitir a reprodução alargada⁵. No entanto, dadas as barreiras aduaneiras que existiam entre os estados nacionais durante este período, era muito provável que países com um pequeno mercado interno e numa situação periférica, como Portugal, necessitassem de associar o crescimento industrial às exportações. Lains regista que, entre 1865-1913, Portugal incluía o conjunto de países europeus nos quais existe uma correlação positiva entre crescimento das exportações e aumento do PIB.⁶

Compreende-se assim a importância que poderiam ter os mercados coloniais.⁷

⁵ A maior ou menor participação no comércio mundial não é em si um indicador da produtividade, como o demonstram muitos casos. A exportação para mercados protegidos, que faz aumentar a dependência do comércio externo, é mesmo um indicador de baixa competitividade. MARSEILLE, 2005:79-80.

⁶ LAINS 1995:71-72. Independentemente de essa correlação significar conexão causal, o que Lains nega.

⁷ O que se conclui a partir da comparação entre os ciclos exportadores portugueses e os da

Em 1913, os destinos africanos das exportações portuguesas eram percentualmente superiores aos das duas principais metrópoles coloniais, a Grã-Bretanha e França (14,2 contra respectivamente 7,4 e 12,3%)⁸. Dadas as irregularidades dos registos estatísticos portugueses, esta diferença em si poderá não ser significativa. Contudo, é conclusivo constatar que nos 22 anos entre 1892-1913, os destinos coloniais representaram uma percentagem média de 14% das exportações portuguesas.

A exportação para os mercados coloniais, como para qualquer outro, requeria que nestes se criasse uma procura solvente. Nas primeiras décadas da ocupação colonial, seria pouco provável que países com um baixo PIB

actividade das principais economias de então. LAINS 1995:79.

⁸Ver anexo 1. A partir de Bairoch, Lains apresenta mesmo uma percentagem superior para Portugal (16,3). LAINS 1995:91 e 93, quadro 3.5. O Reino Unido tinha uma exportação colonial percentualmente superior a Portugal mas na condição de ser considerada a totalidade das colónias (nomeadamente a Índia).

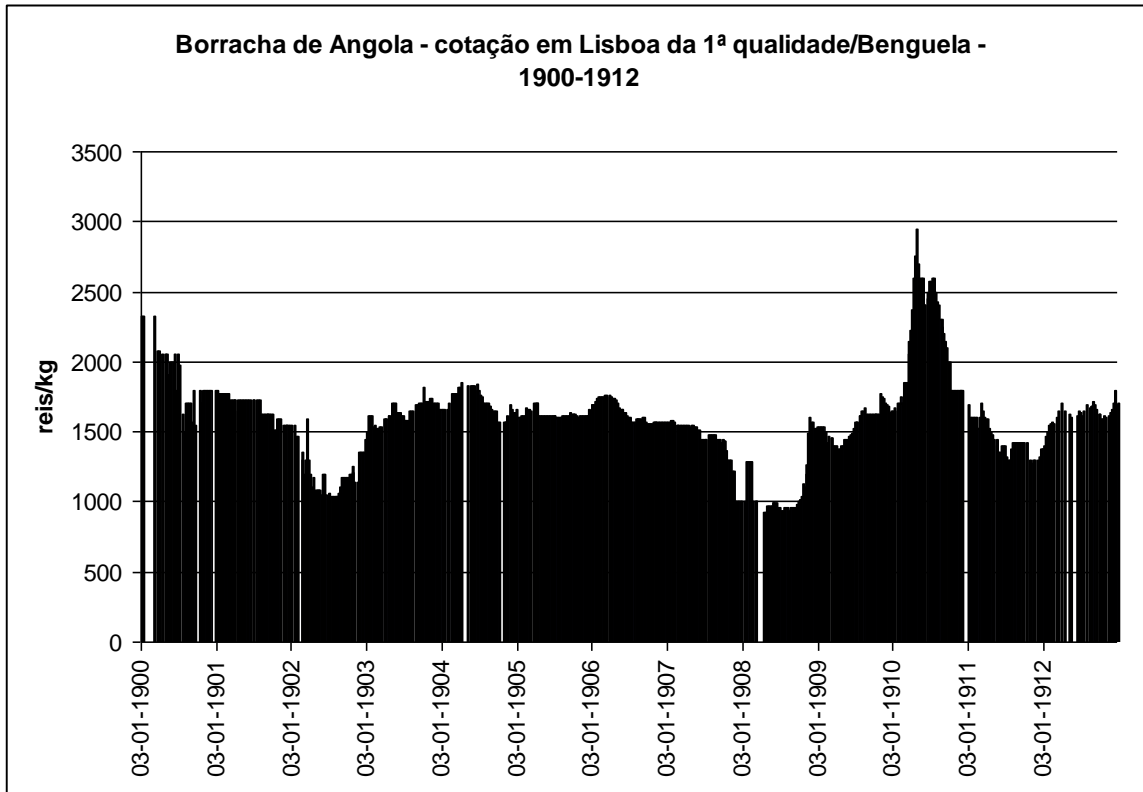


Gráfico 1

Fonte: Boletim Oficial da Província de Angola. *Secretaria Geral do Governo - 1ª repartição. Cotações que tiveram em Lisboa os generos coloniaes abaixo designados (...) na semana anterior à presente data*

b) – A capacidade exportadora de Angola era uma condição necessária mas não suficiente para garantir importações. Para o estabelecimento de uma corrente comercial deste tipo, os consumidores angolanos deveriam beneficiar dos efeitos rendeiros das suas exportações, nomeadamente da borracha. Se os super-lucros fossem captados pelas firmas comerciais europeias, que os repatriariam, nenhum efeito multiplicador induzido pelas

cotações mundiais da borracha resultaria para a procura local.

A produção e venda da “borracha nativa”, durante a fase em que esta dominou os mercados mundiais, conheceu dois tipos de organização comercial de que resultariam dois grupos de destinatários mais favorecidos pela captação de renda: os produtores africanos ou as companhias europeias.¹⁵

Em Angola, praticamente só existiu o primeiro tipo, sendo o mercado angolano da borracha do tipo concorrencial. Tal como na Africa

¹⁵ Para a distinção, HARMS, 1975: 75-6.



Ocidental britânica e francesa (AOF), eram os africanos quem controlava o volume da produção e a sazonalidade das caravanas, vendendo as cargas à melhor oferta.¹⁶

Nas outras regiões africanas, o sistema de apropriação da borracha excluía os africanos de qualquer captação de renda. Assim acontecia quando companhias concessionárias obtinham licenças para o monopólio do comércio, recebiam a borracha a título de imposto e/ou obrigavam as populações a vende-la por preços simbólicos. Esta foi a modalidade aplicada pelas firmas estabelecidas nos Congos belga e francês. Este tipo de apropriação dava-lhes maiores garantias de lucro – embora nem sempre realizadas – mas também as fazia correr

o risco de rapidamente esgotarem as reservas de borracha das concessões, uma vez que a exclusividade concedida se aplicava a um território necessariamente circunscrito.

O primeiro tipo, do comércio concorrencial, era portanto mais flexível: as compras feitas pelas casas comerciais aos produtores africanos no regime aberto podiam gerir melhor as reservas vegetais e ir operando a substituição de áreas produtoras; em contrapartida, eram obrigadas a transferir aos produtores uma fracção (variável, mas importante) da renda contida no preço regulador mundial.¹⁷ A inércia com que as variações dos preços internacionais se repercutiam nos mercados produtores podia, nas fases de

¹⁶ A concorrência entre os agentes comerciais europeus para desviarem as caravanas, oferecendo mais pela carga e tentando intercepta-las antes da chegada aos centros de comercio (a chamada “cambulação”) levava a alterações rápidas dos itinerário comercial. *A Catumbella deve a sua origem á ambição irreflectida do commercio e á tolerancia de outros tempos pela cambulação. As casas de Benguella mandavam os seus empregados esperar o gentio ao caminho para o cambularem e assim foram caminhando os cambuladores até á margem direita do Catumbella.* PORTUGAL. MINISTERIO DA MARINHA E ULTRAMAR, 1889:27-8

¹⁷ Durante a crise angolana de 1901, o governo português ainda olhava com uma certa inveja para o “método” seguido no Congo belga: *“Os comerciantes fizeram consideraveis lucros, é certo; mas, a sua imprevidencia os prejudicou depois. Não seguiram o exemplo do Congo, onde não subiram o preço de compra da borracha ao indigena, motivo por que ali se não fizeram sentir as dificuldades de Benguella; pelo contrario, os negociantes disputavam, em especie de leilão, as cargas de borracha que o indigena trazia ao mercado, quando um momento de reflexão bastaria para se convencerem de que cavavam a ruina do commercio que ficasse e durante alguns annos.* Ministério da Marinha e Ultramar, Decreto de 02-09-1901.

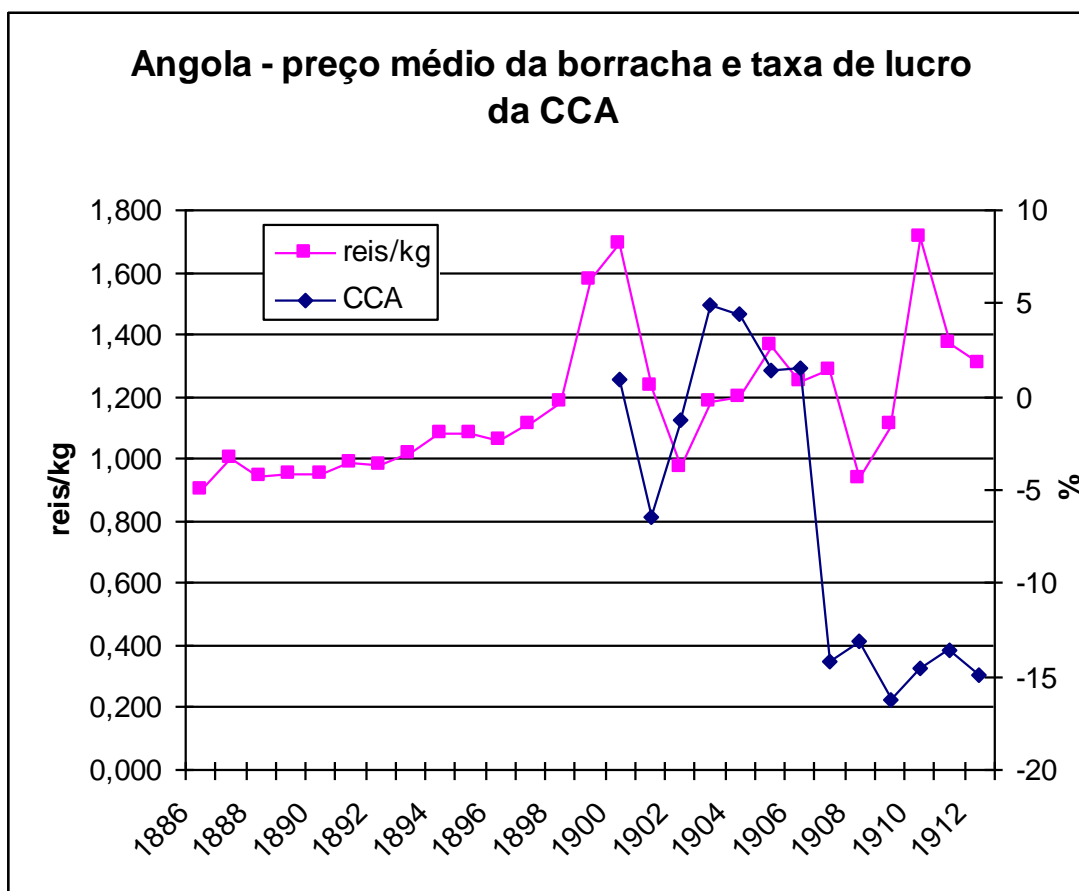


alta, fazer diminuir a fracção da renda cedida aos africanos; nas recessões sucedia o contrário e, dada a preocupação do comércio em segurar os seus fornecedores, poderia mesmo levar a saldos negativos (resultantes de compras aos produtores africanos feitas a preços superiores ao preço de exportação).¹⁸ O exemplo da Companhia Comercial de Angola, criada depois do pico de 1899/1900, mostra como, apesar de dispor de um capital accionista de 1.350 contos, não foi possível compensar, depois da primeira fase de alta, os prejuízos acumulados pelos seus agentes no interior de Angola .

¹⁸ *O preto costumado a que paguem o producto que traz á venda por preço mais elevado, na ocasião da alta, insurge-se logo que não lhe paguem por esse preço, situação esta que conjugada com as dificuldades locais e os descontos dos warrants da mercadoria depositada na nossa zona franca, nos obriga a uma situação verdadeiramente deploravel.(..)* Jornal do Comercio, Chronica Colonial, 20-09-1910, p. 1



Gráfico 2



Fonte: preços médios anuais a partir das estatísticas comerciais, anexo 2; para a taxa de lucro, Companhia Comercial de Angola. Gerência de (.) Relatório da Direcção.

A taxa de lucro da Companhia tornou-se negativa após a recessão de 1907/08 e nem a alta posterior fez inverter o saldo. É também de notar como durante todo o ciclo da borracha, em nenhum exercício esta companhia embolsou verdadeiramente uma renda – isto é, nunca teve lucros superiores a

5%.¹⁹ Alguém, que não a companhia, beneficiou das cotações da borracha.

c) – Havendo transferência de renda para os produtores africanos na modalidade do comércio concorrencial, parte do excedente de valor induzido pelas cotações da borracha não se transferiu de Angola sob a forma de lucros das firmas exportadoras. Ficou na posse dos produtores africanos, cujo consumo incluía uma tonelagem de

¹⁹ Entre 1907-1912, a taxa média de lucro da CCA foi de -14,4. Companhia Comercial de Angola, Relatórios da Direcção.



importações europeias, variável em função do estado da concorrência nos mercados da borracha e, em última instância, da sua cotação na Europa.²⁰

Mas seria o poder de compra angolano orientado para os tecidos importados? Nem sempre, nem em todos os lugares. Mesmo quando os tecidos eram procurados, a produção têxtil africana, tanto de algodão como de outros materiais, como a ráfia, era

²⁰ Numa discussão parlamentar sobre o c.f. de Benguela, um antigo governador de Angola (Ferreira do Amaral) descreveu deste modo a elasticidade-rendimento proporcionada pela borracha: *O preço dos géneros colonias nos mercados europeus tem variações que chegam, por exemplo, no café desde 1\$350 réis a arroba, preço que encontrei quando fui governar a provincia de Angola, a 4\$500, 5\$000 e mesmo 6\$000 réis, que depois tem estado, e ainda por agora se conserva. O que succede com o café dá-se com a borracha, em igual ou superior escala; e tambem acontece, ainda que não tão caracteristicamente, na cera, urzella e couros, que com a borracha constituem o grande commercio de Benguella. Já v. exa. vê, sr. presidente, que variando na Europa os preços de generos colonias de 1:3, como as fazendas que se dão em troca não variam sensivelmente de valor, e como por effeito da cambulação o melhor preço é mais em vantagem do gentio que do neqociante, a importação das fazendas tem de figurar em maior escala nos comboios ascendentes, não tanto em proporção dos generos exportados, mas na do preço que elles obtenham na Europa.* Diário da Câmara dos Senhores Deputados, acta nº 88, 26-07-1890. (sublinhado não original)

por vezes preferida à europeia. Não foi imediatamente que o menor preço dos artigos de algodão europeus e sobretudo os motivos da estamperia e tinturaria se adaptaram aos clientes africanos.²¹ Quando e onde isso aconteceu, o principal artigo europeu da chamada “permuta” passou a ser a peça de tecido de algodão, com um comprimento mais ou menos padronizado.²² As variedades mais procuradas eram os tecidos estampados e tingidos, que habitualmente constituíam perto de 3/4 das exportações de tecidos para Angola.²³

A importância deste artigo explica-se pelo facto de os permutadores africanos da borracha utilizarem os tecidos não apenas para consumo mas também como reserva de valor, para compras futuras. O comércio da borracha, como

²¹ Os tecidos lubas feitos de ráfia e designados por *madidi* chegaram inclusive a servir de padrão monetário. HEINTZE, 2004:318;325.

²² Na região de Malange e do Bié, a unidade era o bando = 0,8m. Para os múltiplos desta unidade bem como para as variações regionais, HEINTZE, 2004: 285-89.

²³ Na exportação de tecidos metropolitanos entre 1900-1914, os tecidos estampados e pintados representavam 70% da tonelagem e 74% do valor. As estatísticas da reexportação não desagregam os valores dos tecidos estampados e pintados.



aliás de todas as mercadorias da oferta “do gentio”, fazia-se na base da permuta mas rapidamente se estabeleceram mercadorias padrão, sendo as peças de algodão especialmente usadas para esse efeito.²⁴ Deste modo, no mercado de Angola entre 1886-1932, a correlação entre exportação de borracha e as importações de manufacturas de algodão é significativa²⁵.

²⁴ *O consumo dos tecidos d'algodão parecendo pela ordem em que os coloquei na permuta, de pouco importancia em relação ao alcool e á polvora, não o é de facto; porque estes consome-os o gentio immediatamente enquanto que os tecidos são para elles a moeda com que suppre a todas outras necessidades; é com elles que constitue o seu thesouro, a base da sua riqueza, o principal elemento do seu commercio. Compra-os, não tanto pelo consumo pessoal que d'elles faz, que é relativamente insignificante, porque se limita a uns simples pannos que lhes cobrem os rins, que uma vez postos não os tiram nem lavam, como pela necessidade que d'elles tem como moeda.* PIMENTEL, 1903:148-9

²⁵ O coeficiente de correlação Pearson (r) entre a tonelagem da borracha exportada e dos tecidos de algodão importados no mercado de Angola, para o período 1886-1932, é de 0,71167; o valor de $r^2=0,50648$ indica que cerca de 50% da variação da importação de tecidos é explicada pela variação da exportação de borracha. Para as importações angolanas de manufacturas de algodão, ver anexo 4.



Portugal não ficaram longe das 6.000 toneladas²⁷.

Tudo mudou a partir da crise orçamental portuguesa de 1890/91, que conjuntamente com a acção dos *lobbies* industriais, levou à reforma pautal de 1892. Tem-se discutido o alcance desta reforma, argumentando vários autores que a nova pauta deu apenas continuidade a um proteccionismo que já vinha desde a pauta de 1846. Visto que os direitos estabelecidos em 1892, como de resto na maioria das outras tabelas pautais, eram nominais e não percentuais (*ad valorem*), a incidência fiscal teria variado sobretudo com a evolução dos preços das importações e com a taxa cambial.²⁸

Seja como for, os efeitos da nova pauta foram significativos, embora a tendência de descida das importações tivesse começado antes desse ano. Entre

²⁷ A soma dos vários tipos de tecidos, chalés e obra de algodão foi registada em 5.983,365 toneladas. No início do *boom* da borracha, a metrópole deveria importar cerca de 6 vezes mais tecidos que a colónia de Angola.

²⁸ Sobre os artigos de algodão, as percentagens dos direitos já seriam de 40 em 1890 (antes portanto da nova pauta), pouco variando depois: passariam a 44,5 em 1897, de novo 40 em 1905 e 34,7 em 1913. LAINS, 1995:41, quadro 2.2.

1891 e 1932, a tonelagem importada de manufacturas de algodão diminuiu 2% ao ano em Portugal.²⁹ Como durante o mesmo período, a tonelagem importada da principal matéria prima do ramo, o algodão em rama, aumentou (embora com um crescimento anual inferior a 1%), pode-se concluir que houve substituição de importações por efeito da nova pauta.³⁰ Pode-se portanto associar as novas pautas ultramarinas, reformadas igualmente em 1892, à inversão de tendência na exportação metropolitana de tecidos de algodão para as colónias – especialmente para Angola. As pautas coloniais eram também nominais e garantiam aos tecidos nacionais uma protecção diferencial: cerca de 90% na importação directa do estrangeiro e de 84% caso as importações fossem reexportadas pela navegação portuguesa. Na pauta anterior, a protecção era respectivamente de 57 e 23%.³¹

²⁹ Taxa de crescimento anual estimada pela recta de regressão: $r^2 = 0,5361$.

³⁰ A taxa de crescimento anual estimada pela recta de regressão é de 0,87%; $r^2 = 0,2609$. Lains subestima o efeito da pauta de 1892 sobre a substituição de importações e a exportação. LAINS, 1995:140.

³¹ Na pauta de 1892, os direitos eram, em réis por kg: nos tecidos de algodão branco, 25 para



Reunidas as condições para que se estabelecesse uma relação entre o poder de compra de Angola (de base rendeira) e as exportações metropolitanas de tecidos de algodão, os efeitos foram imediatamente sensíveis. Considerando a tonelagem exportada durante os seis anos com estatísticas discriminadas anteriores à nova pauta (isto é, os anos de 1886-1891), verifica-se que as quotas dos tecidos metropolitanos foram em média de apenas 1,4%. Em 1896, já eram superiores a *todas as reexportações juntas* e daí até 1926 apenas se registaram três anos com quotas metropolitanas inferiores a 60%, mantendo-se modalmente acima dos 70%.

Assim, apesar de condicionados pelas oscilações que caracterizavam a procura da colónia, indexada às receitas da borracha, entre 1892-1910 o crescimento anual da exportação metropolitana de tecidos para Angola foi muito elevado: quase 6% em

tonelagem e 5% em valor.³² O total de 2.000 contos foi ultrapassado nos máximos cíclicos de 1899 e 1910. Angola tornou-se o grande mercado externo das fábricas algodoeiras portuguesas: entre 1892-1932, a colónia absorveu em média 74,5 e 72,4%, respectivamente da tonelagem e do valor da exportação metropolitana deste tipo de manufacturas.³³

³² Estimadas pela recta de regressão, a taxa de crescimento anual da tonelagem é de 5,9%: $r^2 = 0,2362$; a do valor exportado de 5,1%: $r^2 = 0,2045$.

³³ Estas percentagens são relativas à importação angolana de manufacturas de algodão feitas a partir da metrópole (que compreendem a exportação nacional, a reexportação, a baldeação e trânsito); apresentam à partida um erro por excesso visto excluïrem a importação feita directamente do estrangeiro, que se tornou mais significativa no final da década de 1920. No que respeita às tonelagens da importação de manufacturas de algodão entre 1929-1932, a comparação entre o Anuário Estatístico de Angola (que dá as importações directas) sobre as estatísticas comerciais metropolitanas regista as seguintes variações percentuais: 1929: 22,1; 1930:13,4; 1931:- 7,7% ; 1932:4,6.

os nacionais, 250 para a importação e 200 para a reexportação nacional; nos tecidos de cor, respectivamente, 50, 500 e 400. Na pauta anterior, o diferencial era, em réis, para todo o tipo de tecidos: 45 para os nacionais, 150 para a importação e 105 para a reexportação nacional. *Jornal do Comercio*, 12-03-1912. p.3

2- O mercado de Angola depois da borracha

Vender produtos rendeiros era a condição necessária (embora não suficiente, como se viu) para que a colónia de Angola se transformasse no grande mercado de exportação algodoeira da metrópole. O desaparecimento das rendas da borracha implicou portanto o fim da bolha exportadora das fábricas metropolitanas.

A razão porque a partir de 1912 Angola exportou cada vez menos borracha foi comum a todos os produtores de “borracha nativa” : a concorrência da borracha de plantação. A *hevea* brasileira transplantada para as plantações asiáticas saturou o mercado com borracha de 1ª qualidade a preços inferiores aos que antes se pagavam pela de 2ª. Enquanto a procura de borracha de qualidade superior pôde apenas ser satisfeita pelas exportações brasileiras da *Hevea braziliensis*, amazónica, as variedades africanas de 2ª qualidade beneficiaram de uma procura extra. A oferta massiva da *Hevea* asiática de cultivo (dos anos 1911-12 em diante), que respondia melhor aos requisitos do consumo industrial, afastou as borrachas africanas do mercado, ao mesmo tempo que também restringia severamente a quota de mercado do Brasil.³⁴

³⁴ Para o caso da Costa do Ouro, DUMETT, 1971:100.

Assim, durante os vinte anos posteriores a 1912, a exportação da borracha angolana declinou até à completa extinção. Em unidades físicas, a queda teve duas fases: 1912-1919 e 1920-1932, já não havendo qualquer exportação registada neste último ano³⁵.

Desaparecida a renda que suportava a procura têxtil, a exportação metropolitana de tecidos de algodão diminuiu como seria de esperar, embora a diminuição tenha sido mais tardia e oscilante que a das exportações de borracha.³⁶ Em todo o caso, a comparação dos triénios envolvendo os máximos cíclicos indica para esses 20 anos uma queda da tonelagem exportada da ordem dos 2/3.³⁷

³⁵ A segunda fase da queda teve uma taxa de crescimento negativo mais intensa que a primeira: -28,8 contra -13,1% (valores estimados por regressão polinomial de grau 2, $r^2=0,6368$). Haveria posteriormente a 1932 exportações residuais.

³⁶ A constituição de stocks devido à deflagração da guerra mundial pode ter explicado o atraso na recessão das exportações, que teriam ainda um pico menor em 1915. As oscilações dos sub-ciclos atenuam o *trend* negativo: desse ano até 1919, o crescimento negativo das exportações de tecidos (toneladas) foi de -5,5% ; de 1920 a 1931, de -3,3% (valores estimados por regressão polinomial de grau 2, $r^2=0,3898$).

³⁷ Tomando o triénio formado pelo ponto máximo da tonelagem exportada e os anos imediatamente anterior e posterior (1909-11) como base, as médias dos triénios dos máximos



No entanto, resta um problema a explicar: como é que as vendas metropolitanas de manufacturas de algodão, embora com tonelagens médias reduzidas a cerca de um terço do que tinham sido no triénio 1909-11, estabilizaram em Angola durante a década de 1920, isto é, na era pós-borracha. Note-se que, apesar da diminuição, na década de 1920 as exportações algodoeiras metropolitanas para Angola ainda oscilavam entre os 10 e os 40 mil contos anuais e o mercado de Angola continuava a representar em média 70% das exportações do sector³⁸. Se a estas importações metropolitanas forem somadas as importações estrangeiras que seguiam reexportadas da metrópole e as importadas directamente por Angola (que estavam em aumento e são mais dificilmente quantificáveis), conclui-se que houve a partir de certa altura uma retoma da procura têxtil da colónia. Pelo menos duas configurações dessa retoma poderiam ter-se verificado:

1) a procura angolana de tecidos, até então sustentada por uma renda de origem externa e redistribuída com grande capilaridade social, continuar a existir na

cíclicos posteriores, definidos do mesmo modo, apresentam os seguintes valores índices: 1914-16: 50,7; 1919-21: 38,1; 1928-30: 32,6.

³⁸ Entre 1922-1932, média anual dos tecidos metropolitanos exportados de 24.797,4 contos. Ver anexo 4.

base de novas captações de renda, desde que distribuídas do mesmo modo. A continuidade de uma classe de pequenos exportadores africanos beneficiando de uma receita rendeira – mesmo que diminuída – sustentaria de novo uma procura de bens de consumo europeus (reunindo as condições a), b) e c) do ponto 1)

2) – desenvolver-se na colónia uma produção capitalista e a correspondente formação de uma população assalariada, passando esta a sustentar a importação de produtos de consumo metropolitanos (relativamente às condições do ponto 1, seria a alternativa às alíneas a) e b), mantendo-se c): a retenção na colónia de um rendimento líquido, orientado para a importação de manufacturas algodoeiras). Ao contrário da primeira, esta segunda hipótese não implicaria a manutenção da capacidade exportadora de Angola (resultante de uma produção rendeira ou de qualquer outra), capaz de pagar as suas importações: a importação de capitais poderia ter saldado os eventuais *deficits* comerciais.

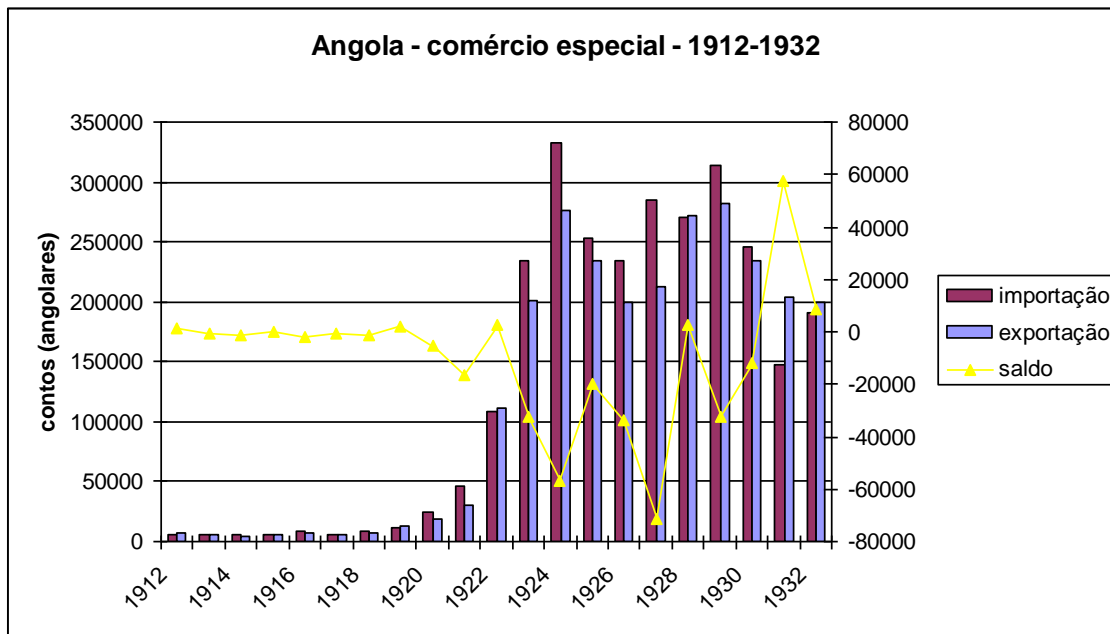
Deve dizer-se que, para o período pós-borracha, é difícil avaliar a evolução da balança de pagamentos de Angola, e ainda mais da sua balança de capitais. As estatísticas relativas ao comércio através da metrópole apresentam quase constantemente saldos comerciais



positivos³⁹ . Mais ainda, o volume dos *superavits* disparou a partir de 1923, chegando, no triénio seguinte, a colónia a exportar para a metrópole cerca do dobro do que importava. A ser assim, e admitindo-se neutras as outras balanças, estaria presente a condição necessária (mas não suficiente) para que a procura algodoeira de Angola se mantivesse importante, pelo menos para os artigos da metrópole. Contudo, as estatísticas do comércio directo de Angola (isto é, com e sem transito metropolitano) apresentam uma perspectiva totalmente diferente.

³⁹ Dos 21 anos compreendidos entre início do declínio da borracha (1912) e 1932, apenas em três (1915, 1916 e 1923) a balança comercial de Angola regista saldos comerciais negativos com a metrópole. Nestes três, a cobertura das importações pelas exportações esteve entre os 85 e 90%.

Gráfico 4



Fonte: Colónia de Angola. Anuário Estatístico de Angola, 1939:301

Assim, considerando apenas o comércio especial⁴⁰ dos 21 anos entre 1912 e 1932, verifica-se que apenas em quatro – ou melhor, em três (1919, 1922 e 1928) se excluirmos o ponto de partida correspondente ao pico da borracha e os dois anos imediatamente após a crise - Angola pagou as suas importações com receitas das exportações. O deficit agravou-se especialmente a partir do final da

Guerra⁴¹. Ao desequilíbrio comercial veio necessariamente juntar-se o das outras contas. Aumentou portanto a importação de capitais (tanto públicos como privados) - “uma inflação brutal de créditos”, sobretudo de curta duração. No quadro do novo contrato com o BNU que o dispensou da convertibilidade da moeda de Angola, o desconto atingiu volumes inéditos (mais de 225 mil contos em 1923). A “inflação de créditos” acelerou, como seria de esperar, o volume de transferências de divisas para o exterior. Assim se pagavam as importações, especialmente as implicadas pelos *deficits* orçamentais do governo provincial. Este factor novo, “a entrada do govêrno da

⁴⁰ As estatísticas oficiais portuguesas incluíam na designação “comércio total”: na importação, a importação para consumo, a reexportação, baldeação e trânsito internacional ; na exportação, a exportação nacional e nacionalizada, reexportação e trânsito internacional. O “comércio especial” exclui as reexportações, baldeações e trânsitos.

⁴¹ Armindo Monteiro calculava que nos quatro anos entre 1919-1922 o deficit acumulado fosse da ordem das 800.00 £ - ao câmbio corrente de 1922, corresponderia a um valor superior a 50.000 contos. MONTEIRO, 1931:52



colónia no mercado das transferências” foi certamente o que mais contribuiu para o desequilíbrio comercial: “o crédito que o Banco dava ao Governo vinha a transformar-se rapidamente em crédito do comércio – quer dizer, em dinheiro para transferir!”⁴². No segundo semestre de 1923, o BNU, que já tinha concedido em crédito para Angola uma soma superior ao do seu próprio capital, viu-se mesmo obrigado a suspender as transferências para a metrópole, que só recomeçaram depois de uma forte contracção do desconto.⁴³ Poderia então esta espiral de créditos e, ainda que em menor escala, de exportações de capital a longo prazo para Angola⁴⁴, ter desenvolvido na colónia uma massa salarial capaz de alimentar a procura de manufacturas de algodão?

O aumento da despesa governamental, que ocorreu durante a fase dos Altos Comissários, e ocasionou o do

⁴² MONTEIRO, 1931:58. Não era apenas o BNU a conceder crédito ao governo de Angola; até ao início de 1933, só a DIAMANG já tinha emprestado 762.648 £, isto é quase tanto como o deficit comercial acumulado entre 1919-22. Companhia de Diamantes de Angola, 1932: 12.

⁴³ Para os valores absolutos e índices, MONTEIRO, 1931:54-65.

⁴⁴ Armindo Monteiro calcula, só para o ano de 1920, a exportação de capitais para Angola em 25.000 contos, que representariam nada menos de 50% do fluxo exportado até então. MONTEIRO, 1931:47.

endividamento externo do governo da colónia⁴⁵, orientou-se para a implementação de infra-estruturas materiais e para a ampliação do quadro administrativo e técnico. Considerando os baixos efectivos de pessoal, tanto os envolvidos na modernização de equipamentos como os do funcionalismo, o efeito multiplicador dos investimentos públicos sobre a massa salarial, e especificamente sobre a procura de bens de consumo importados, não deve ter sido grande. De qualquer modo, sabe-se que as importações algodoeiras não eram alimentadas pelos rendimentos dos funcionários europeus: ainda em 1938 se considerava que a importação de tecidos “praticamente constitue consumo de indígenas”.⁴⁶ Assim, dificilmente o crescimento da massa salarial da população europeia poderia compensar ou mesmo aproximar-se do efeito que tinha resultado de um fluxo rendeiro (o da borracha), que chegava a milhares de pequenos produtores e era inteiramente permutado por bens de consumo importados.

O consumo africano poderia também ter saído da proletarização, então em ascensão. A exportação de capital para as plantações e para as minas (como as da *Diamang*) fez

⁴⁵ Em 1931, um relatório diplomático britânico avaliava a dívida pública de Angola em 7,5 milhões de libras, com um deficit orçamental de 1 milhão. OLIVEIRA, 1999:82-83.

⁴⁶ BEBIANO, 1938:11.



crescer a massa salarial do sector privado. No entanto, daí é que certamente pouco haveria a esperar relativamente ao acréscimo da procura de bens de consumo, conhecidas que eram as baixas taxas salariais praticadas pelas fazendas de café ou pelas minas da Lunda.⁴⁷ Para além disso, mesmo nos territórios coloniais onde os investimentos no sector mineiro mais se tinham desenvolvido, a elevada da composição orgânica do capital mineiro fazia com que os efectivos absolutos da força de trabalho desse ramo fossem baixos. Relativamente à população total, as minas empregavam 6% na Rodésia do Sul e 2,7% na África do Sul. Em Angola, onde em 1935 as minas diamantíferas tinham produzido mais de 70 mil contos, apenas 0,2% da população aí trabalhava.⁴⁸ Tudo somado, o aumento da procura de produtos de consumo que pode ser atribuído ao crescimento do trabalho assalariado não

⁴⁷ Em 1937, os salários “indígenas” em Angola regulavam entre 60 a 90 angolares, isto é, entre 49 a 67% dos da região do Katanga no Congo Belga. BEBIANO, 1938: 47. Segundo as estatísticas oficiais angolanas, a diferença seria certamente maior: em 1935, o salário mensal efectivamente pago (excluindo portanto os complementos não monetarizados, a existirem) foi em média de 21 angolares. Naturalmente que para a determinação da procura de importações, apenas contaria o salário monetário. COLONIA DE ANGOLA, 1939: 287-89.

⁴⁸ BEBIANO, 1938:22-23.

parece explicar a estabilidade da exportação têxtil após o declínio da borracha.

Resta a hipótese 1), a que implica que, depois do ciclo da borracha, se tenham produzido novas captações de renda externa, ainda que em escala reduzida, e que esta tenha sido parcialmente retida na província (única forma de sustentar um volume significativo de compras à indústria europeia, admitindo que persistiam as orientações do consumo africano).⁴⁹

Excluído o ramo dos diamantes, gerador de renda sob a forma de lucros transferidos mas, como se viu, não de rendimentos para a massa dos produtores africanos, as exportações angolanas com volume para materializarem esta segunda possibilidade eram as do café e do milho⁵⁰. Antes de tudo, porque em conjunto passaram a representar uma percentagem muito significativa das

⁴⁹ O governo de Angola tinha, aparentemente, tomado consciência da correlação entre a retenção da renda em Angola e a manutenção do sector pré-capitalista: *Se obrigarmos os cultivadores indígenas, chefes de família, a virem trabalhar para as “fazendas” dos colonos brancos, será quási certo perder-se para a comunidade angolense a quási totalidade dos valores por eles produzidos, em troca da acumulação de riqueza nas mãos de um reduzido número de pessoas.* MATOS, 1944: vol III, 209.

⁵⁰ Havia outras produções africanas com estas características, como por exemplo, as oleaginosas, o feijão, o rícino, etc. embora com muito menor ponderação no comércio externo. FREUDENTHAL, 2001:144.



exportações de Angola: para o período 1914-1929, a média está entre 31 a 40%, conforme as estatísticas consideradas.⁵¹ Ambas beneficiaram de preços internacionais consideravelmente superiores ao custo de produção (incluindo neste o lucro comercial) e ambas resultavam, em maior ou menor proporção, de trabalho africano independente, não assalariado.

Esta última afirmação não é facilmente quantificável - em especial no caso do café - dadas as conhecidas deficiências estatísticas coloniais sobre a produção⁵². É em todo caso inegável que em Angola a exploração camponesa produzia uma grande parte dos valores da exportação agrícola e portanto do produto rendeiro.⁵³

⁵¹ Para as exportações de milho, ver anexo 6. A percentagem superior resulta das estatísticas dadas por Armindo Monteiro, que considera o total das exportações directas de Angola.

⁵² O eng^o Bebiano constatava que no Anuário Estatístico de Angola, para o ano de 1935, o total da produção de milho (245.000 toneladas) era inferior ao do total da respectiva “produção indígena” (345.203 toneladas). BEBIANO, 1931:8.

⁵³ Norton de Matos calculava que 75% da exportação representava “produção directa indígena”, 20% a agricultura capitalista e 5% a pequena exploração europeia. Noutra passagem da mesma obra, revia em baixa – para 10% - a percentagem da agricultura capitalista. MATOS, 1944: II, 245; III, 207.

No caso do café, conhecem-se apenas estimativas. As fazendas de café tinham constituído o primeiro ramo da agricultura capitalista de Angola, embora este ramo se tivesse contraído devido à queda das cotações na sequência das sobre-produções brasileiras durante os primeiros anos de 1900. A recuperação posterior dos preços, igualmente atribuível às cartelizações/“valorizações” brasileiras fez retomar a produção angolana e, portanto, também a produção camponesa. Numa estimativa minimalista, feita já a seguir ao grande *boom* de investimentos cafeeiros da década de 1950, ainda se atribuía ¼ da produção de café à exploração “indígena”.⁵⁴

As proporções desta no caso do milho eram muito maiores. Em 1942, 80% da produção angolana desse cereal teria sido produzido por africanos. A percentagem deve ter baixado em seguida⁵⁵ mas é

⁵⁴ Em 1958, cerca de 21.695 toneladas num total de 84.895. Em algumas regiões do distrito do Congo, metade do café ainda seria produzido pela população africana, havendo 60% de explorações com colheitas entre 2 a 6 toneladas anuais. CASTRO, 1978:129. A ponderação de 25% ao produto da pequena exploração para um período anterior (1914-1932) e que foi aqui usada para estimar a produção indígena de café deve portanto provocar um erro por defeito, visto esta percentagem ter vindo a diminuir até 1958.

⁵⁵ Para 1942, os dados são 243.451 toneladas produzidas “em propriedades de pretos” num total de 304.683 toneladas. MATOS, 1944, III, 242. Para 1958, o cálculo para o planalto



inegável que as exportações de milho começaram exclusivamente a partir de explorações africanas. O interesse do C.F. de Benguela em rentabilizar a linha que atravessava o planalto central com cargas volumosas⁵⁶ e a política do governo da colónia para aumentar as suas receitas aduaneiras exponenciaram a produção camponesa de milho⁵⁷. De 1914 a 1932, a tonelagem exportada através da metrópole multiplicou-se por mais de 30 vezes.⁵⁸

Mas teria a produção africana recebido parte das rendas geradas pela exportação destas mercadorias? Pelo menos no caso do milho, sabe-se que sim. A concorrência do pequeno comércio na compra do milho africano fazia subir os preços e redistribuiu assim fracções variáveis da renda proporcionada pelas exportações de cereais.⁵⁹

central é da ordem dos 66% - “os africanos produzem pelo menos o dobro da produção dos colonos”. CASTRO, 1978: 130.

⁵⁶ HEYWOOD, 1987:358.

⁵⁷ Segundo Norton de Matos teriam sido decisivas três medidas tomadas pelo governo da colónia: a alteração de pautas provinciais isentando de direitos a exportação; a obtenção de tarifas ferroviárias mais baixas e a garantia de um preço de compra mínimo. MATOS, 1944:199.

⁵⁸ Mais exactamente, 32 vezes. Ver anexo 6.

⁵⁹ Há vários testemunhos sobre o poder de compra dos produtores angolanos de milho, para os quais 2,5 hectares de cultivo chegavam

Parece portanto que o agregado destas duas exportações reunia de novo, ainda que em escala reduzida, as condições expostas nas alíneas a) (captação de renda) e b) retenção da renda na colónia⁶⁰.

Em todo o caso, é significativa a correlação entre a soma das exportações “indígenas” de café e milho e a procura angolana de manufacturas algodoeiras.⁶¹

para ter acesso a um cabaz de mercadorias importadas. Só depois da constituição do Grémio do Milho, em 1935, é que o comércio europeu se deverá ter apropriado da quase totalidade da renda. HEYWOOD, 1987:361-5.

⁶⁰ O objectivo de promover exportações rendeiças de produção camponesa para reter a renda em Angola foi conscientemente declarado pelo ex-governador Norton de Matos: *faltava-me descortinar a maneira de levar o preto a produzir valores equivalentes aos da borracha desaparecida. Minas não podia ainda sonhar com elas.* Depois do fracasso do algodão e da impossibilidade de a cera e do café se prestarem a “empregar toda a actividade dos indígenas”, a escolha recaiu no milho. MATOS, 1944: 193-96.

⁶¹ O coeficiente de correlação Pearson (r) entre as séries é de 0,85801. O coeficiente de determinação r² é de 0,7362 o que indica que 73% das importações algodoeiras se explicam pela série da exportação considerada. A série da exportação resulta da soma das exportações de café (ponderadas com a estimativa do café de produção indígena, 25%) mais as exportações de milho. De notar que a correlação entre a exportação de café e a importação de manufacturas de algodão é ainda mais elevada: 0,88306, o que indica maior poder de compra das regiões caféiras, derivado de uma maior retenção de renda



Gráfico 5

Fonte: ver anexos 4, 5 e 6.



pelos produtores africanos de café que pelos produtores de milho.



3 - Renda externa e consumo – uma tipologia

No ponto 2 foi descrita uma tipologia da redistribuição das rendas da borracha africana, aplicável ao período anterior à desvalorização trazida pela borracha de plantação. Generalizando essa tipologia de modo a incluir outras exportações rendeiras, produzidas ou não por trabalho assalariado, podem então considerar-se duas situações redistributivas da renda externa:

a) a da não redistribuição local, correspondendo à repatriação quase integral de lucros, o que sucede nas situações nas quais a renda contida nas mercadorias exportadas é apropriada por capitais agrícolas, mineiros ou por comerciais operando em regime mais ou menos monopolístico. Neste tipo de redistribuição será esperado um menor impacto do ciclo rendeiro sobre o consumo das populações locais, maioritariamente proletarizadas.

b) a da redistribuição local, correspondendo à retenção de fracções do excedente no território em que a mercadoria rendeira é produzida, e que em geral acompanha as situações nas quais a renda contida nos preços de exportação é dividida entre lucros comerciais e rendimentos de produtores

africanos não assalariados. Neste tipo de redistribuição será conseqüentemente esperado um maior impacto do ciclo rendeiro sobre o consumo das populações locais.

Dentro das limitações estatísticas conhecidas, que incluem a ausência de censos populacionais fiáveis para as primeiras décadas da ocupação colonial, é possível estabelecer uma estimativa do poder de compra de populações africanas submetidas a estes dois tipos rendeiros. Para avaliar o poder de compra, usou-se como ponto de comparação o consumo das manufacturas de algodão, que na fase colonial representavam o protótipo do bem de consumo importado.

O Congo Belga e a África Equatorial Francesa (AEF) pertenciam indubitavelmente à situação a): exportavam produções rendeiras através do trabalho assalariado (no sector mineiro ou agrícola) ou comercializadas em áreas concessionadas.

Angola e a África Ocidental Francesa (AOF), embora produzissem também em função de investimentos directos, incluíam-se maioritariamente





na situação b): exportavam mercadorias rendeiças maioritariamente vendidas em regime concorrencial por produtores independentes.

O quadro 1 coloca por ordem crescente o consumo *per capita* de tecidos importados para estes 4 agregados territoriais.

Quadro 1 – Importação de tecidos de algodão em territórios coloniais africanos

Território	Tecidos - kgs	Tecidos – valor (angolares)	População	Consumo per capita (kgs)	Consumo per capita (angolares)	
AEF (a)	926.000	15.707.000	3.385.978	0,27	4,64*	importações em 1934; população em 1935 (excl. Camarões)
AEF (b)	584.000	17.169.000	3.385.678	0,17	5,07*	importações em 1931; população em 1935 (excl. Camarões)
Congo Belga (a)	3.714.398	79.192.643	13.578.008	0,27	5,83	importações em 1935; população em 1936; (incl. Ruanda-Urundi)
Congo Belga (b)	3.714.398	79.192.643	10.046.731	0,37	7,88	importações em 1935; população em 1936 (excl. Ruanda-Urundi)
Angola	1.506.728	31.062.074	3.225.015	0,47	9,63	importações em 1935; população em 1934
AOF	10.256.000	262.045.000	18.506.000	0,55	14,16*	importações em 1935; população em 1936 (1935 para o Togo e 1931 para o Volta Superior)

Fontes:

Para a importação de tecidos, BEBIANO 1938:25; para a população: Colónia de Angola 1939: 5-6
*consumo per capita em escudos

As populações que se apropriaram de fracções da renda (Angola e a AOF) são, como se esperava, as que registam maiores consumos *per capita*, tanto considerando as unidades físicas como de valor. O indicador do consumo em

unidades monetárias é aqui mais significativo, se o objectivo for utilizar estes indicadores para comparar o poder de compra das populações⁶². Torna-se também significativo constatar a grandeza do diferencial relativamente a Angola: os consumos *per capita* da AEF, seja qual for a população estimada, representavam 48 ou 53%⁶³; os do Congo Belga, 61 ou 82%. A diferença seria ainda maior se a população angolana considerada para

esta estimativa do consumo fosse apenas a das regiões exportadoras de

⁶² Considerando que as diferentes qualidades de tecidos diferiam consideravelmente, uma comparação entre unidades físicas corre o risco de ser distorcida pelos diferentes preços dos tecidos na permuta.

⁶³ Se a população dos Camarões for considerada, o consumo *per capita* da AEF chega a ser de apenas 28% do de Angola.



café e milho, as mercadorias rendei­ras relevantes durante o período em comparação.⁶⁴

Como se viu, a associação entre a apropriação de fracções da renda externa pelos produtores africanos e o crescimento das importações, nomeadamente metropolitanas, foi consciencializada pelo governo da colónia. Confrontado com a queda brutal das exportações de borracha, que diminu­iam as receitas fiscais, a política dos governos provinciais tentou assegurar os fluxos exportadores que resultavam da população camponesa, não assalariada.⁶⁵ Norton de Matos assumiria mais tarde que a sua política

indígena tinha mesmo como prioritário contrariar a proletarização e ampliar a pequena exploração autónoma.⁶⁶ Deve também dizer-se que, contrariamente ao que sucedia com a borracha – extraída em regiões na altura fora do controlo colonial e que chegava ao comércio europeu em função das reacções africanas aos preços –, a agricultura indígena do café e do milho se fazia sob a tutela administrativa. Tornava-se portanto mais fácil ao poder colonial contrariar a baixa de produção nas fases de queda das cotações e também, como aconteceria depois de 1935, quando das reduções unilaterais dos preços de compra aos produtores africanos.⁶⁷

⁶⁴ O que deve explicar o diferencial do consumo per capita da AOF relativamente ao de Angola (mais 47%): o chamado comércio de permuta (“traite” na África francesa), isto é, o comércio não monopolista das colónias francesas destes territórios, cobria praticamente todos estes territórios franceses, ao contrário dos de Angola (onde companhias concessionárias como a Cotonang ou a Diamang tinham concessões monopolistas).

⁶⁵ *Quando em 1912, assoberbados pela crise da borracha, os colonos e funcionários de Angola, á frente dos quais me encontrava então, pensaram no milho, no feijão, no rícino e noutras culturas para não deixar morrer o comércio da província, foi aos indígenas, como cultivadores directos de terras, cujo usufruto e a posse de direito lhes pertence, que recorremos.* MATOS, 1944: II, 247.

⁶⁶ *Quanto a trabalhos agrícolas, a política indígena que segui naquela província, teve sempre em vista contrariar o aparecimento do proletariado rural. (...) Na política indígena por mim seguida nos meus governo (...) figurou, como primacial princípio orientador, a transformação da família indígena em proprietária de terras, que seria obrigada a cultivar.* MATOS, 1944: III, 246; 250

⁶⁷ *Todos nós sabemos bem a má impressão que produz a baixa dos preços dos géneros agrícolas nos agricultores africanos. (...) Em Angola, o indígena, que me conste, o mais que tem feito é mostrar relutância em cultivar os seus terrenos (Nota: e não em vender, como para indignação de Norton de Matos, acabara de suceder no lock-out dos produtores de cacau da Costa do Ouro). Mas acaba sempre por cultivar, porque, acima de tudo, tem confiança em nós, e porque*



Dispondo desta base de rendimentos como condição necessária, seria ainda preciso, para garantir um fluxo de importações, que estes rendimentos sustentassem a procura dentro mesmas orientações de consumo. Às autoridades coloniais era portanto necessário um outro combate, desta vez “contra o nudismo africano”. Estimular o consumo de tecidos foi levado tão longe que o mesmo ex-governador, Norton de Matos – é certo que agora longe da função pública – chegou até a propor, experimentalmente, uma redução de 50% do imposto de palhota a troco da família africana andar “completamente vestida”.⁶⁸

Naturalmente que o capital agrícola e mineiro, que não partilhava nenhuma destas preocupações com o governo central da colónia (nem as de assegurar a receita fiscal nem a de proporcionar mercados para os têxteis metropolitanos) e que disputava uma

a nossa autoridade foi sempre, no seu conjunto, paternal e benévola. MATOS, 1944: II, 275.

⁶⁸ *E se houvesse a coragem de dizer aos pretos de Angola? – “a partir de 1 de Janeiro de... tu e todos os teus, que não sejam crianças, terão de andar completamente vestidos. Como compensação, deixarás de pagar ao governo metade do imposto de cubata que ora pagas.* MATOS, 1944: II, 257-8.

força de trabalho *rarifcada*,⁶⁹ foi progressivamente proletarizando a população com a habitual “intervenção das autoridades administrativas”, isto é dos funcionários coloniais intermédios. No entanto, com maior ou menor compulsão associada à produção e ao consumo camponês, o resultado foi que, em plena recessão mundial, se manteve a retenção de uma fracção da renda pela pequena exploração africana – não assalariada – o que permitiu, *coeteris paribus*, uma significativa exportação metropolitana de tecidos de algodão.

O indicador do consumo *per capita* angolano presta-se a nova verificação empírica, desta vez para comparar a dinâmica histórica dos dois tipos de redistribuição rendeira. O objectivo é agora comparar crescimentos, tanto das rendas como dos consumos. Deve dizer-se que, no caso das comparações temporais, a pouca fiabilidade das estatísticas demográficas relativas às primeiras décadas do período colonial não garante mais do que simples ordens

⁶⁹ Devido à regressão demográfica, que quase sempre acompanhou a ocupação colonial, e à migração mais ou menos temporária que as guerras e a cobrança do imposto aceleravam. Bebiano considerava o “êxodo” como “uma sombra escura no futuro deste território angolano”. BEBIANO, 1938:6.



de grandeza. As autoridades coloniais faziam os recenseamentos por razões fiscais e militares, o que distorce em grande parte o seu valor demográfico.⁷⁰ Para o caso de Angola, nem se pode mesmo falar de estimativas comparáveis antes do ano de 1900 visto que os censos anteriores contavam apenas a população dos territórios sob controlo administrativo, que estavam longe de coincidir com as fronteiras da colónia.⁷¹ Apesar destas reservas, o sentido da evolução populacional parece definido, até pelas semelhanças que a evolução angolana apresenta com outros territórios durante a fase de ocupação colonial: a regressão demográfica.⁷²

Os quadros seguintes apresentam assim os resultados da comparação entre crescimentos dos principais indicadores (exportação, importação e importação *per capita*) durante as fases ascendentes dos ciclos rendeiros aqui

considerados– o da borracha e o do café/milho. Para estimar o consumo destes dois ciclos, recorde-se, considera-se apenas uma mercadoria, as manufacturas de algodão. Em anexo aos quadros apresentam-se os respectivos números índices, comparando os pontos iniciais e máximos.

⁷⁰ Sobre o sentido das distorções das estatísticas demográficas coloniais, ,GERVAIS, 1983; CORDELL;GREGORY, 1983; GERVAIS; MANDÈ, 2007.

⁷¹ É o caso dos totais dados pelo Anuario Estatístico de Angola para estes anos. GOVERNO GERAL DE ANGOLA, 1898.

⁷² Freudenthal, 2001: 309-10. Sobre a regressão demográfica da A.E.F. , SURET-CANALE, 1964:56-58.

Quadro 2 – Fase ascendente do ciclo da borracha (1890-1910) – exportações, importações e consumos per capita de Angola

Anos	Exportação de borracha - toneladas	Exportação de borracha - contos	Importação de manufacturas de algodão - toneladas	Importação de manufacturas de algodão - contos	População total	Manufacturas de algodão – consumo <i>per capita</i> -kgs	Manufacturas de algodão – consumo <i>per capita</i> – mil reis
1890	1449,5	1.373,6	1.638,7	1.038,0	4.789.946 *	0,342	0,217
1900	2.158,3	3.651,0	3.291,9	2.291,9	4.789.946	0,687	0,478
1910	3.244,7	5.557,8	5.124,8	2.895,4	4.520.100 **	1,134	0,641

* - População total em 1900; provável erro por excesso

** - População total em 1913

Fonte: para as exportações de borracha e importações de manufacturas de algodão, ver anexos 2 e 4; para a população, FREUDENTHAL, 2001: 309

Quadro 2 A – Índices

Ano base = 1890	Exportação de borracha – toneladas	Exportação de borracha - contos	Importação de manufacturas de algodão - toneladas	Importação de manufacturas de algodão - contos	Manufacturas de algodão – consumo <i>per capita</i> -kgs	Manufacturas de algodão – consumo <i>per capita</i> – mil reis
1910	2,4 (a)	4,0	3,1	2,8	3,3	3,0

(a) Exportação em 1909 (máximo serial)

Quadro 3 – Fase ascendente do ciclo do café/milho (1914-1929) – exportações, importações e consumos per capita de Angola

Anos	Exportação de café “indígena” + milho - contos	Importação de manufacturas de algodão - contos	População total	Manufacturas de algodão – consumo <i>per capita</i> - escudos
1914	302,4	796,8	4.520.100*	0,18
1920	2.931,0	11.661,6	4.278.200	2,73
1922	12.029,9	20.531,3	3.461.100	5,93
1924	43.262,2	49.065,3	3.445.902	14,24
1927	45.654,5	35.623,1	2.989.308	11,92
1929	50.396,6 (a)	40.188,4	2.547.294**	17,57

Quadro 3 A – Índices

Ano base = 1914	Exportação de café “indígena” + milho - contos	Importação de manufacturas de algodão - contos	Manufacturas de algodão – consumo <i>per capita</i> - escudos
1929	166,7 (a)	56,2	99,7

*População em 1913

** População em 1930

Fonte: ver quadro 2

(a) Exportação em 1928 (máximo serial)

A comparação dos números índice (quadros 2A e 3A) mostra que, nas fases ascendentes dos dois ciclos, todos os crescimentos - da exportação rendeira, da importação de uma mercadoria de consumo popular e do consumo *per capita* - se fizeram de modo proporcional.

No caso da borracha, é possível corrigir o eventual efeito inflacionista com índices relativos às unidades físicas, que confirmam o sentido da evolução: multiplicador da exportação rendeira entre 2,4 e 4; multiplicador do consumo e do consumo *per capita* entre 2,8 e 3,3.

No caso do café indígena e do milho, durante a década de 1920, a correcção

feita pela comparação entre unidades físicas deixa de fazer sentido (dada a disparidade de tonelagens entre os dois produtos). Expressos em unidades monetárias, e em conjuntura inflacionista, os coeficientes entram numa outra ordem de grandeza mas permanecem relativamente equilibrados – o coeficiente multiplicador da exportação rendeira não chegou a duplicar o do consumo *per capita* e foi-lhe superior em apenas 67% (167 contra 100)

O que se segue representa apenas uma tentativa de estabelecer uma espécie de prova *a contrario*. Se o objectivo é correlacionar a retenção de renda por não assalariados e o impacto sobre o consumo, comparem-se estes resultados com os de um outro ciclo rendeiro de Angola, desta vez sem qualquer participação dos rendimentos da pequena exploração - o do petróleo.



O actual ciclo das exportações petrolíferas pertence sem dúvida ao tipo a) descrito no início deste ponto 3; é mesmo o protótipo da mercadoria rendeira, cujo custo de produção é várias vezes inferior ao preço de mercado.

No entanto, faltam as condições suficientes para que a renda tenha efeitos proporcionados sobre o consumo. Independentemente do volume dos rendimentos retidos em Angola, a totalidade da renda petrolífera distribui-se exclusivamente por três agregados primários: lucros das firmas multinacionais operando nas concessões, lucros transferidos para a companhia estatal SONANGOL e salários pagos aos quadros técnicos e trabalhadores envolvidos. Considerando que os lucros das multinacionais são integralmente transferidos (ou mesmo, através de operações entre filiais, realizados mesmo fora de Angola); considerando que os lucros que cabem à companhia estatal sob diferentes formulas (impostos, dividendos de empresas mistas, lucros partilhados através de *joint-ventures*, *royalties*, etc.) são maioritariamente transformados em exportações de capital; considerando a elevada composição orgânica do sector

petrolífero (isto é, a pequena percentagem da força de trabalho nele integrada), o resultado esperado será encontrar uma maior desproporção entre aumento da renda e o do consumo. Note-se que, dados os crescentes volumes absolutos da renda petrolífera, a simples manutenção das percentagens de investimento interno resultaria num maior efeito multiplicador sobre o consumo.

Entre 1999 e 2008, a exportação de petróleo em bruto (*crude oil*, não contando portanto com derivados como o gás natural ou produtos refinados) representou em média 91% das exportações de Angola. Durante este período, esta exportação – ou melhor a exportação angolana – beneficiou da subida do preço regulador mundial: o preço do barril passou de 17,4 para 89,9 USD – uma multiplicação por 5. Por estes anos, a produção também aumentava, tanto em velhos como em novos jazigos⁷³, especialmente nos depósitos marinhos de grande

⁷³ Entre 2002-2006, a produção aumentou 33%, tendo a produção de Cabinda representado ainda mais de 56%. No entanto, durante esse período o total de barris saídos de Cabinda aumentou 18% contra por exemplo, a multiplicação por quase 6 vezes do bloco 17. IMF, 2007: 47.



profundidade, até então não rentáveis ⁷⁴. Em consequência desta multiplicação de preço e quantidades, o valor das exportações angolanas durante os mesmos anos multiplicou-se por 12 (em milhões de USD, de 5.157 para 63.914).

Durante o mesmo período, e apesar da inferioridade gritante dos indicadores de desenvolvimento humano da população angolana, a importação *per capita* aumentou apenas 5 vezes – de 160 para 881 USD. Note-se que este resultado foi encontrado apesar de não terem sido usados dados desagregados do consumo; o total da importação inclui portanto os bens de consumo das classes trabalhadoras (isto é o equivalente

actual às manufacturas de algodão importadas durante os ciclos anteriores) e os bens de consumo sumptuário, importados pelas classes rendeiças angolanas. Verifica-se portanto o resultado esperado: a quase ausência de rendimentos primários captados fora do

circuito de reprodução do capital (lucros ou salários) diminui a capilaridade social da renda e, conseqüentemente, o impacto desta sobre as variações do consumo.

⁷⁴ Entre 2001 e 2001 alguns jazigos de águas profundas começavam a ser explorados e mais descobertas se seguiram. Em meados de 2001, quatro petrolíferas (Chevron, ExxonMobil, Total e BP) anunciavam a descoberta de 35 novos campos em quatro desses (blocos 14, 15, 17 e 18). HODGES, 2004:143-45.

Conclusões

A persistência dos ciclos rendeiros nas exportações angolanas permite observar de modo privilegiado a apropriação da renda externa por diferentes classes. A sua apropriação por parte de classes pré-capitalistas, isto é, por estratos que participam na distribuição rendeira no exterior da relação salarial, aumenta a retenção da renda no mercado interno e tem maior impacto no consumo. Este tipo de apropriação foi sucessivamente diminuindo: grande no ciclo da borracha, menor no do café/milho, quase nula no actual ciclo do petróleo.

Poderia argumentar-se que o menor efeito multiplicador induzido pela renda petrolífera sobre o consumo se explica por factores exógenos a esta associação: sete décadas depois do ciclo expansivo dos anos 1920, seriam certamente diferentes os valores absolutos de consumo. Por outras palavras, visto que a integração da população nos circuitos monetários tinha aumentado e/ou que o nível de vida teria entretanto subido, a propensão para o consumo neste último ciclo seria forçosamente menor. Contudo, entre os ciclos rendeiros da borracha e do café “indígena”, por um

lado, e o actual ciclo do petróleo, o investimento e a proletarização desenvolveram também um ciclo completo: cresceram em todos os sectores durante as décadas de 1940-1970 e decaíram em seguida. A população proletarizada e a respectiva massa salarial tiveram assim nestes anos duas fases distintas, de expansão e contracção. Durante a fase de contracção, tanto a elevação da composição orgânica dos capitais como a descapitalização brutal da economia angolana depois da independência, que a tornou extremamente vulnerável à sua actual mono-exportação, mantiveram os consumos das classes populares em níveis absolutos baixos. O impacto do consumo induzido pela renda petrolífera chegou portanto numa fase de degradação do nível de vida, que a guerra civil veio depois agravar. No entanto, traduzida em níveis *per capita* diários, a importação registada em 2008 equivale a um consumo médio de 2,4 dólares por dia!⁷⁵

⁷⁵ Relativamente ao conjunto da África subsaariana, a ração calórica per capita de Angola era 25% inferior (1.903 contra 2.237) e a esperança de vida 23% inferior (41 para 47 anos).

Bibliografia

BEBIANO, J. Bacelar

1938: *Angola – Alguns problemas*. Lisboa, Imprensa Nacional.

Boletim Oficial da Província de Angola

1886-1919: Luanda, Imprensa Nacional.

CASTRO, Armando

1978: *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa, Editorial Caminho.

CENTRO COLONIAL

1909-1919: *Boletim do Centro Colonial*

COLÓNIA DE ANGOLA

1939: *Anuário Estatístico de Angola. Ano de 1938*. Luanda, Imprensa Nacional

COMPANHIA COMERCIAL DE ANGOLA.

1900-1915: Relatórios da Direcção. Lisboa

CORDELL, Dennis D. & Joel W. GREGORY

1983: *Verités et mensonges: les statistiques coloniales de population: A response* in “Canadian Journal of Africa Studies/revue Canadienne des Études Africaines, vol. 17, nº 1, pp 105-106

DIAMANG. Companhia de Diamantes de Angola

1932: *Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho fiscal relativos ao Exercício de (..)*.

Diario da Câmara dos Senhores Deputados.

1898-1910: Lisboa, Imprensa Nacional

DUMETT, Raymond

1979: *Trade of the Gold Coast and Asante in the Nineteenth Century: African Innovation and Market Responsiveness* in “The Journal of African History, vol 12, Nº 1, pp. 79-101

FREUDENTHAL, Aida

2001: “Angola” in: *O Império Africano 1890-1930*, A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, pp.259-467.

GERVAIS, Raymond

1983: *Verités et mensonges: les statistiques coloniales de population* in “Canadian Journal of Africa Studies/revue Canadienne des Études Africaines, vol. 17, nº 1, pp 101-103

GERVAIS, Raymond R. & Issiaka MANDÈ

2007: *Comment compter les sujets de l'Empire? Les étapes d'une démographie impériale en AOF avant 1946* in Vingtième Siècle. Revue d'histoire, nº 95, pp. 63-74.

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE ANGOLA



1898: *Anuario Estatístico de Angola Anos 1897-1898* Luanda, Imprensa Nacional.

HARMS, Robert

1975: *The End of Red Rubber: A Reassessment* in “The Journal of African History”, vol. 16, nº 1, pp 73-88.

HEINTZE, Beatrix

2004: *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850-1890)*. Lisboa, Caminho.

HEYWOOD, Linda M.

1987: *The Growth and Decline of Africa Agriculture in Central Angola, 1890-1950* in Journal of Southern Agriculture Studies, vol. 13, nº 3, pp 355-371.

HODGES, Tony

2004: *Angola: Anatomy of an Oil State*. James Currey and Indiana University Press

IMF

2005: *Country Report No. 05/125* . publications@imf.org

IMF

2007: *Country Report No. 07/355*, 2007. publications@imf.org

IMF

2009: *Country Report No. 09/320*, Nov. 2009. . publications@imf.org

Jornal do Comercio

1907-1912: Lisboa.

LAINS , Pedro

1995: *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1995.

MARSEILLE, Jacques

2005: *Empire colonial et capitalisme français. Histoire d'un divorce*. Paris, Albin, Michel.

MATOS, Norton de

1944: *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol II e III . Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Lda.

MONTEIRO, Armindo

1931: *O problema das Transferências de Angola*. Lisboa, Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, Pedro Aires

2000: *Armindo Monteiro – uma biografia política*. Lisboa, Bertrand Editora.

PIMENTEL, Fernando

1903: *Investigação commercial na provincia de Angola Realizada por iniciativa das fabricas de Fiação e Tecidos d'Algodão do norte do paiz em 1902-1903*. Porto.

PITCHER, M. Anne

1993: *Politics in the Portuguese Empire. The State, Industry, and Cotton, 1926-1974*. Oxford, Clarendon Press.





PORTUGAL. Ministerio da Fazenda.

1886-1896: *Estatistica de Portugal - Comercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas no Ultramar no anno de...* Lisboa, Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Ministerio dos Negocios da Fazenda.

1897-1910: *Commercio e Navegação - Estatistica Especial* . Lisboa, Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Ministerio das Finanças.

1911-1932: *Estatistica Comercial - Comercio e Navegação*. Lisboa, Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Ministério da Marinha e Ultramar

1889: *Relatorios dos Governadores das Provincias Ultramarinas - Districto de Benguella (Appenso ao relatorio do governador Geral da Provincia de Angola em 1887)* . (Relatório do governador Guilherme Gomes Coelho), Lisboa, Imprensa Nacional. pp. 27-28.

SANTOS, Maciel Morais

2000: *Os capitais metalomecânicos em Portugal – 1840-1920*. Porto, Faculdade de Letras da U. Porto, 2000 (edição policopiada)



1915	7528,5	33630,3	22,4
1916	9659,8	56015,5	17,2
1917	10041,5	55188,6	18,2
1918	13209	83443,5	15,8
1919	10041,9	106982,5	9,4
1920	31518,7	222150,5	14,2
1921	31070,7	224510,6	13,8
1922	73591	443700,3	16,6
1923	99607,7	684255,8	14,6
1924	130442,6	948630,6	13,8
1925	102260,5	861960,5	11,9
1926	82816,6	736353	11,2
1927	86591,3	722569,9	12,0
1928	111745,3	1029405	10,9
1929	135716,5	1073239,6	12,6
1930	102585,3	945274,2	10,9
1931	81132,6	811729,7	10,0
1932	109799,8	791780,4	13,9



ANEXO 2 - ANGOLA - EXPORTAÇÃO DE BORRACHA - 1886-1932

fonte: ver quadro 1

Ano	para Portugal kg	para Portugal mil reis/escudos	Reexportação kg	Reexportação mil reis/escudos	Exportação total toneladas	Exportação total contos
1886			528948	474488	528,9	474,5
1887			726432	725281	726,4	725,3
1888	65	78	1424816	1347732	1424,9	1347,8
1889			1496696	1421422	1496,7	1421,4
1890	109	82	1449352	1373489	1449,5	1373,6
1891	51	34	1730834	1709548	1730,9	1709,6
1892	92	85	2254945	2207046	2255,0	2207,1
1893	43	40	2211532	2242119	2211,6	2242,2
1894	54	35	2271327	2464265	2271,4	2464,3
1895	49	49	2189228	2371570	2189,3	2371,6
1896	66	81	1965796	2087238	1965,9	2087,3
1897			2928363	3252306	2928,4	3252,3
1898			3778165	4467536	3778,2	4467,5
1899	2147	2649	3061782	4827615	3063,9	4830,3
1900			2158267	3651008	2158,3	3651,0
1901	2600	3981	2535162	3128864	2537,8	3132,8
1902	431	498	2295018	2238967	2295,4	2239,5
1903	116	165	2916537	3447765	2916,7	3447,9
1904	1162	1412	3237982	3877793	3239,1	3879,2
1905	2761	5540	2796723	3813553	2799,5	3819,1
1906	5358	7507	2551639	3177978	2557,0	3185,5
1907	5098	6892	2343440	3009283	2348,5	3016,2
1908	9343	9302	2627766	2457219	2637,1	2466,5
1909	5985	6787	3471876	3857075	3477,9	3863,9
1910	8976	15017	3235709	5542775	3244,7	5557,8
1911	11794	16517	2763092	3791175	2774,9	3807,7
1912	3129	3538	3149306	4120515	3152,4	4124,1
1913	1221	1457	828002	1031568	829,2	1033,0
1914	7574	4701	2378135	1447378	2385,7	1452,1
1915	22570	12949	2419405	1646608	2442,0	1659,6
1916	28813	28098	805789	794403	834,6	822,5
1917	17827	19489	1632444	1806853	1650,3	1826,3
1918	13312	17906	275660	303125	289,0	321,0
1919	22795	28947			22,8	28,9
1920	69650	67087	1994735	2403887	2064,4	2471,0
1921	16496	21577	854416	882430	870,9	904,0
1922	48870	50423	827721	815235	876,6	865,7
1923	46540	164763	117359	273090	163,9	437,9
1924	16806	102898	4224	25000	21,0	127,9
1925	5535	53590	3607	46000	9,1	99,6



1926	12570	137197	67645	408510	80,2	545,7
1927	9960	66358	58089	269100	68,0	335,5
1928	2931	17430	7571	34000	10,5	51,4
1929	6264	26025	23941	107800	30,2	133,8
1930	1979	9060	18039	54200	20,0	63,3
1931	1200	4440	5202	104100	6,4	108,5
1932	0	0	0	0	0,0	0,0



ANEXO 3 - REEXPORTAÇÃO DA BORRACHA DE ANGOLA E SALDOS DO COMERCIO ESPECIAL DE PORTUGAL - 1886-1912

fonte: ver quadro 1

unidade = contos

Ano	Reexportação de borracha (consumo metropolitano não incluído)	Saldos comerciais metropolitanos	Cobertura da reexportação de borracha nos deficits metropolitanos (%)
1886	474,488	-11143,7	4,3
1887	725,281	-15916,9	4,6
1888	1347,732	-14639,2	9,2
1889	1421,422	-18469	7,7
1890	1373,489	-22766,5	6,0
1891	1709,548	-18130,3	9,4
1892	2207,046	-6198	35,6
1893	2242,119	-14898,9	15,0
1894	2464,265	-11743,1	21,0
1895	2371,57	-12880,2	18,4
1896	2087,238	-13391,9	15,6
1897	3252,306	-13113,8	24,8
1898	4467,536	-17482,3	25,6
1899	4827,615	-21836,4	22,1
1900	3651,008	-28793,9	12,7
1901	3128,864	-29541,7	10,6
1902	2238,967	-27161,6	8,2
1903	3447,765	-28202,8	12,2
1904	3877,793	-31331	12,4
1905	3813,553	-31709,2	12,0
1906	3177,978	-29798,4	10,7
1907	3009,283	-31043,1	9,7
1908	2457,219	-38870,9	6,3
1909	3857,075	-33878,3	11,4
1910	5542,775	-33782,7	16,4
1911	3791,175	-34061,8	11,1
1912	4120,515	-40298,5	10,2



ANEXO 4 - ANGOLA - IMPORTAÇÕES DE MANUFACTURAS DE ALGODÃO - 1886-1932

fonte: ver quadro 1

As séries (unidades físicas e valor) da reexportação metropolitana (manufacturas estrangeiras)" são constituídas por 2 artigos pautais da classe das manufacturas de algodão :

- 1) "Tecidos de algodão em peça" (classe VI no ano de 1886, classe IV entre 1897-1891), depois "Tecidos em peça" ou "Tecidos de algodão em peça" (classe III entre 1892-1932) +
- 2) "Tecidos de algodão em obra" (classe VI no ano de 1886), "Obra de tecidos de algodão" (classe IV entre 1897-1889), "Tecidos em obra" ou "Tecidos de algodão em obra" (classe IV entre 1890-1894 e classe III entre 1894-1922), "Tecidos" (III entre 1923-1932).

As séries (unidades físicas e valor) da exportação metropolitana são constituídas por 3 artigos pautais da classe das manufacturas de algodão:

- 1) "Tecidos crus em peça" ou "Tecidos de algodão, crus, em peça" (classe VI no ano de 1886, classe IV entre 1890-1891 e classe III entre 1892-1932) +
- 2) "Tecidos tintos e estampados em peça" ou "Tecidos de algodão, tintos e estampados, em peça" (classe IV entre 1890-1891, classe III entre 1892-1932) +
- 3) "Obra de tecidos de algodão" ou "Tecidos em obra" ou a série resultante de "Tecidos de algodão diversos + Tecidos de algodão em obra" (classe IV entre 1890-1891, classe III entre 1892-1932)

Ano	Reexportação metropolitana (manufacturas estrangeiras)		Exportação metropolitana		Total da importação em Angola	
	toneladas	contos	toneladas	contos	toneladas	contos
1886	963,1	410,6	12,5	11,2	975,6	421,8
1887	1454,8	736,9	19,8	17,0	1474,6	753,9
1888	2014,0	1086,8	16,9	13,8	2030,9	1100,6
1889	2087,0	1170,9	16,4	12,9	2103,4	1183,8
1890	1591,6	993,8	47,1	44,2	1638,7	1038,0
1891	2128,7	1167,1	24,6	19,7	2153,3	1186,8
1892	1544,2	935,9	138,1	122,3	1682,2	1058,2
1893	2292,2	1346,3	473,5	373,1	2765,6	1719,4
1894	1523,5	1027,6	701,4	473,3	2224,8	1500,9
1895	1084,7	646,1	993,3	612,8	2078,0	1258,8
1896	750,4	440,2	1276,3	862,1	2026,7	1302,3
1897	831,3	514,8	1514,7	1017,2	2346,0	1532,0
1898	1108,0	611,9	3443,3	1983,1	4551,3	2595,0
1899	683,0	471,7	3476,3	2062,5	4159,4	2534,2
1900	747,5	595,0	2544,4	1696,9	3291,9	2291,9
1901	299,1	240,2	955,6	638,6	1254,7	878,9
1902	207,6	150,8	614,5	411,0	822,0	561,8
1903	420,7	338,9	2137,6	1325,4	2558,3	1664,3
1904	520,4	487,4	2555,2	1560,4	3075,6	2047,9
1905	467,9	326,9	2053,8	1179,5	2521,7	1506,5
1906	492,9	375,4	1943,2	1044,4	2436,2	1419,9
1907	660,7	474,6	1456,8	865,7	2117,5	1340,3
1908	587,7	357,0	1014,7	615,3	1602,5	972,3
1909	764,2	360,0	2578,3	1499,7	3342,4	1859,8
1910	1273,2	574,6	3851,6	2320,8	5124,8	2895,4
1911	1487,1	733,6	1361,5	848,3	2848,6	1582,0



1912	1143,6	511,2	967,7	599,7	2111,3	1110,9
1913	1069,4	601,3	930,8	552,5	2000,2	1153,8
1914	351,0	282,5	827,5	514,3	1178,5	796,8
1915	295,2	277,6	1693,2	1070,3	1988,4	1347,8
1916	574,6	816,8	1432,8	1416,7	2007,4	2233,5
1917	382,3	660,3	1083,4	1512,8	1465,7	2173,2
1918	206,2	732,2	880,6	2155,5	1086,8	2887,8
1919	114,7	468,9	540,6	1597,0	655,3	2065,8
1920	237,4	2243,0	1530,3	9418,6	1767,7	11661,6
1921	67,3	1175,3	894,3	6118,7	961,6	7294,0
1922	53,2	1192,1	1376,6	19339,3	1429,8	20531,3
1923	213,9	7961,5	824,4	31375,8	1038,3	39337,3
1924	131,8	6786,1	865,1	42279,2	996,9	49065,3
1925	164,9	5438,5	823,5	35854,5	988,4	41293,0
1926	261,9	4817,0	689,7	24406,8	951,6	29223,8
1927	655,5	11089,5	774,0	24533,6	1429,5	35623,1
1928	938,3	17979,4	888,0	22208,9	1826,3	40188,4
1929	735,8	17279,4	1120,8	27474,1	1856,6	44753,5
1930	480,7	8250,4	529,1	12513,9	1009,8	20764,3
1931	413,4	5628,4	589,0	10029,8	1002,4	15658,2
1932	306,4	4731,9	1281,9	22755,5	1588,3	27487,4





ANEXO 5 - ANGOLA - EXPORTAÇÃO DE CAFÉ - 1914-1932

fonte: ver quadro 1

unidade = contos

Ano	Exportação total	Exportação de café da pequena exploração (ponderação de 25%)
1914	1026,7	256,7
1915	914,7	228,7
1916	847,6	211,9
1917	1872,6	468,1
1918	1647,9	412,0
1919	2511,8	628,0
1920	4268,3	1067,1
1921	7304,2	1826,0
1922	23922,2	5980,5
1923	24903,6	6225,9
1924	69031,7	17257,9
1925	87207,5	21801,9
1926	53227,6	13306,9
1927	47501,6	11875,4
1928	43822,3	10955,6
1929	48251,8	12062,9
1930	37597,8	9399,4
1931	36197,5	9049,4
1932	37827,4	9456,8



ANEXO 6 - ANGOLA - EXPORTAÇÕES DE MILHO - 1914-1932

fonte: ver quadro 1

Ano	para a metrópole		Reexportação		Total da exportação de milho de Angola	
	kg	escudos	kgs	escudos	toneladas	contos
1914	1533663	43891	54883	1833	1588,5	45,7
1915	261659	6135	0	0	261,7	6,1
1916	3441745	173510	0	0	3441,7	173,5
1917	6825892	398208	0	0	6825,9	398,2
1918	4742915	487875	0	0	4742,9	487,9
1919	8173018	801096	0	0	8173,0	801,1
1920	14023683	1863824	299	76	14024,0	1863,9
1921	10173307	3294425	0	0	10173,3	3294,4
1922	17909105	5927876	488889	121500	18398,0	6049,4
1923	20239173	13706953	0	0	20239,2	13707,0
1924	23513435	20446863	5724800	5557437	29238,2	26004,3
1925	15680336	13733082	7483446	5348421	23163,8	19081,5
1926	23193562	15616192	594936	388000	23788,5	16004,2
1927	40698503	30485919	6106527	3293360	46805,0	33779,3
1928	49921737	36936117	4406591	2504900	54328,3	39441,0
1929	39124889	30457913	2067088	1974767	41192,0	32432,7
1930	62426396	39823753	0	0	62426,4	39823,8
1931	46977921	22051182	1044278	372165	48022,2	22423,3
1932	50810085	28807816	0	0	50810,1	28807,8